



As transformações na realidade agrária e as escolas do campo do núcleo regional de educação de Dois Vizinhos - PR

 Leandro Turmena¹,  Marcos Vinicius Pereira Ribeiro²,  Sidemar Presotto Nunes³,

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Campus Dois Vizinhos. Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Estrada para Boa Esperança - Km 04 - Comunidade de São Cristóvão. Dois Vizinhos. Paraná - PR. Brasil

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. ³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

Autor para correspondência/Author for correspondence: leandroturmena@utfpr.edu.br

RESUMO. As “escolas do campo”, no estado do Paraná, é uma proposta educacional que se propõe a, além de garantir educação de qualidade, considerar as especificidades da realidade do campo. O Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos (NRE-DV) é responsável por sete municípios e atende, no total, quinze Escolas do Campo, do ensino fundamental (anos finais) e ensino médio. A pesquisa foi desenvolvida mediante consulta em séries históricas do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do NRE-DV, além de entrevista com a professora gestora das escolas do campo do referido Núcleo. A situação das escolas do campo está vinculada à questão agrária, isto é, ao conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim, o artigo analisa a diminuição no número de matrículas nas Escolas do Campo nos últimos anos, movimento que tem ocorrido devido à diminuição da população residente na área rural, à concentração de terras e às mudanças ocorridas na agricultura.

Palavras-chave: questão agrária, educação do campo, escolas rurais, núcleo regional de educação, Dois Vizinhos-PR.

The transformations in the agricultural reality and the rural schools of the regional nucleus of education of Dois Vizinhos - PR

ABSTRACT. The “country schools”, in the state of Paraná, is an educational proposal that, in addition to guaranteeing quality education, considers the specificities of the rural reality. The Regional Education Nucleus of Dois Vizinhos (NRE-DV) is responsible for seven municipalities and serves, in total, fifteen Rural Schools, elementary school (final years) and high school. The research was developed by consulting historical series of the Agricultural Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the NRE-DV, in addition to an interview with the manager teacher of the rural schools of the referred Nucleus. The situation of rural schools is linked to the agrarian question, that is, to the set of problems inherent to the development of capitalism in the countryside. Thus, the article analyzes the decrease in the number of enrollments in Rural Schools in recent years, a movement that has occurred due to the decrease in the population residing in rural areas, the concentration of land and changes in agriculture.

Keywords: agrarian question, countryside education; rural schools; regional education center, Dois Vizinhos-PR

Las transformaciones en la realidad agropecuaria y las escuelas de campo del núcleo regional en Dois Vizinhos – PR

RESUMEN. Las “escuelas de campo”, en el estado de Paraná, es una propuesta educativa que, además de garantizar una educación de calidad, considera las especificidades de la realidad rural. El Núcleo Regional de Educación de Dois Vizinhos (NRE-DV) es responsable por siete municipios y atiende, en total, a quince Escuelas Rurales, primaria (últimos años) y secundaria. La investigación se desarrolló a partir de la consulta de series históricas del Censo Agropecuario del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y del NRE-DV, además de una entrevista con el profesor gerente de las escuelas rurales del referido Núcleo. La situación de las escuelas rurales está ligada a la cuestión agraria, es decir, al conjunto de problemas inherentes al desarrollo del capitalismo en el campo. Así, el artículo analiza la disminución del número de matrículas en las Escuelas Rurales en los últimos años, movimiento que se ha producido debido a la disminución de la población residente en las zonas rurales, la concentración de la tierra y los cambios en la agricultura.

Palabras clave: cuestión agraria, educación de campo, escuelas rurales, núcleo regional de educación, Dois Vizinhos-PR.

Introdução

No estado do Paraná, a educação do campo, materializada nas escolas do campo, é uma política pública instituída por meio da resolução 4783/2010-GS/SEED e tem como objetivo, segundo esta resolução, “oferecer educação de qualidade aos sujeitos do campo, no lugar onde vivem, de forma participativa e condizente com suas necessidades humanas, culturais e sociais” (Paraná, 2010, s/p).

Diante de um longo processo histórico de fechamento de escolas no campo no Estado do Paraná e no Brasil, a partir dos anos 90, com vistas, principalmente, à redução de custos, a positividade desta política consiste em reconhecer a necessidade de educação de qualidade para todos, inclusive no campo, de “forma participativa e condizente”.

A referida política foi antecedida pelas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, de 2006, que afirma que o campo deve ser compreendido pelas “particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica” (Paraná, 2006, p. 22). Entra em questão aqui “o reconhecimento da identidade da escola do campo e, conseqüentemente, dos diversos sujeitos que vivem no campo” (Souza, Fontana & Marcoccia, 2012, p. 106).

Um conjunto diverso de autores têm desenvolvido críticas à concepção e à prática da educação do campo, questionando seu real potencial transformador. Trata-se de críticas que partem da análise da educação do campo institucionalizada, transformada em políticas/programas pelo Estado brasileiro, via de regra impulsionados pela demanda de organizações sociais do campo.

Cherobin (2015) afirma que a educação do campo institucionalizada pelo Estado através das “escolas do campo” assume a perspectiva da “especificidade da vida e do trabalho no campo” e reivindicam-na por meio da manutenção das escolas e das ações interdisciplinares. Para a autora, a interdisciplinaridade tomada de forma livre, como ação, não como método - empobrece as propostas educativas ao esvaziar o conteúdo disciplinar historicamente sistematizado. Isto aparece de forma mais explícita nas políticas de Educação do Campo, principalmente naquelas materializadas nas Escolas do Campo.

Oliveira (2008) aponta a indefinição do sujeito político desta educação, apresentada como “povos do campo” ou “sujeitos do campo”, o que pode resultar em projetos antagônicos abrigados sob a ideia de educação do campo. Para o autor, as supostas “especificidades do trabalho e da vida no campo” não levam em consideração as transformações pelas quais a

agricultura passa, já que coloca o campo em oposição à cidade, abordagem própria do funcionalismo e do culturalismo.

Oliveira (2008) destaca também a tendência de adotar os conceitos de realidade e conhecimento, tomados como realidade imediata, o concreto sensível. No intento de partir da realidade de cada lugar (comunidade, município) há o risco de se ignorar a universalidade, ou seja, “a realidade em geral”, os elementos que são comuns a todos, que perpassam cidade e campo, até porque, no âmbito da divisão internacional do trabalho, cada vez mais o particular e o geral se apresentam como um todo, dependentes.

Vendramini (2009) afirma que não se deve olhar para o campo e para a cidade e identificar diferenças, uma vez que não há fronteiras que as dividem, pois “assim como na cidade, as populações do campo convivem com o desemprego, a precarização, intensificação e informalização do trabalho e a carência de políticas públicas” (p. 02).

Para Oliveira (2008), a economia brasileira, controlada pelo capital financeiro oriundo de bancos e fundos de investimentos estrangeiros, principalmente estadunidenses e europeus, cumpre o papel de produtor de matérias-primas agrícolas e minerais com baixo valor agregado. Além disso, a agricultura brasileira, especificamente, mas não somente, é desenvolvida mediante o controle estrangeiro, deste mesmo capital, nos setores mais intensivos em trabalho e capital (genética de sementes e animais, máquinas e equipamentos, agroquímicos etc.).

O grande capital controla o mercado e os preços, de modo que dificultam o processo de trocas de mercadorias dos pequenos produtores, estes inseridos no contexto da expansão do capital. A acumulação de riqueza, proveniente da expansão capitalista, produz, por outro lado, uma condição de pobreza desenfreada, para a maioria da população, o que não é diferente na área rural.

Portanto, mesmo com as conquistas no âmbito das políticas públicas para a Educação do Campo, ainda há muitos problemas que precisam ser enfrentados, incluindo a oferta educacional, pois, observa-se que a diminuição do número de matrículas na área rural ocorre, na maioria das vezes, devido ao êxodo rural, relacionado ao processo de concentração de terras, condicionando os pequenos agricultores a buscarem sua subsistência no meio urbano.

Desta maneira, o presente artigo traz resultados da pesquisa que objetivou analisar a situação das Escolas do Campo do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos (NRE-DV), a partir das transformações recentes na realidade agrária onde estas escolas estão

inseridas, particularmente no que se refere à estrutura fundiária, população residente, número de escolas e número de matrículas.

Para este propósito, metodologicamente a pesquisa, de caráter quanti-qualitativo, foi desenvolvida por meio da consulta na base de dados históricas do Censo Agropecuário do IBGE e do NRE-DV e entrevista à gestora da pasta Educação do Campo deste órgão. Por meio dos dados do IBGE observou-se, nos âmbitos nacional, estadual, regional e local, o quantitativo populacional das áreas urbanas e rurais, as matrículas escolares da população proveniente destas áreas, bem como, com base nos dados extraídos no NRE-DV e na entrevista analisou-se o número de matrículas das escolas do campo. Houve apenas uma entrevista que aconteceu presencialmente no departamento de Educação do Campo, do NRE-DV, gravada e transcrita, com o auxílio de um roteiro com perguntas abertas, passível de diálogo com questões que surgiram no momento e comentários adicionais feitos pela entrevistada.

O presente trabalho é um recorte de estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa “Situação das Escolas do Campo do Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, Paraná (NRE-DV)” vinculado ao Curso de Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Dois Vizinhos. Assim, como primeiro material desenvolvido na pesquisa, apresenta o contexto das Escolas do Campo do NRE-DV.

Salienta-se, no entanto, que alguns dados observados neste texto, demandam futuras pesquisas, objetivando desvelar a totalidade e as mediações correspondentes à temática e objeto em questão.

Educação do campo: localizando a proposta educativa

Nesta seção apresenta-se os autores que defendem a educação do campo e localiza-se a problemática e a proposta educativa. Além de identificar alguns autores representativos desta concepção, procura-se apresentar como estes compreendem a questão agrária brasileira e definem os “sujeitos da educação do campo”.

Para Caldart (2009), as lutas da Educação do Campo estão relacionadas com os envolvimento políticos e contextos ideológicos que firmam a sua construção, tal como compreende as contradições da realidade, assim como buscar compreender as contradições inerentes no desenvolvimento das políticas públicas sob as dimensões da realidade em sua totalidade.

A Educação do Campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do Campo como produtores de conhecimento e não constrói referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do negócio ou do trabalho produtivo para o capital (Caldart, 2009, p. 03).

Segundo Caldart (2009) não se deve, apenas, enfrentar os problemas que deram impulsos para a luta por uma Educação do Campo, no entanto deve-se lutar constantemente para compreender a Educação do Campo frente às suas diretrizes nos diversos momentos históricos.

Para a autora, a origem da Educação do Campo parte de críticas que não se remetem às particularidades da educação e sim a situação educacional dos povos do campo, a estruturação de projetos do campo que posicionam impactos educacionais nesta população. Políticas que tratam das lutas sociais por direito à educação, terra, trabalho, igualdade social e condições de vida digna independente onde se mora, sendo conquista importante na construção histórica da Educação do Campo como anseio ligado à questão da Reforma Agrária (Caldart, 2009).

Assim, a luta do Movimento da Educação do Campo objetiva reduzir as desigualdades e precariedade da educação escolar, seja elas no acesso à educação ou na manutenção de recursos materiais, no meio rural. Exemplo disso é a taxa de analfabetismo da população, com idade mínima de 15 anos, que representa cerca de 23,3% na região rural. Número três vezes maior que o da região urbana. Questão bastante intrigante, pois o tempo de escolaridade vivenciada pela população do campo, para os alunos com idade mínima de 15 anos, é representada pela média de 4 a 5 anos. Ao mesmo tempo que, no meio urbano, a mesma faixa etária representa uma escolaridade entre 7 e 8 anos, o que desencadeia uma disparidade e desigualdade educacional no Brasil, em relação às áreas urbana e rural (Molina e Freitas, 2011).

Do mesmo modo, Mazur (2016) destaca que muitos estudos no âmbito da Educação do Campo expõem o descaso histórico com a educação dos povos do campo. Tal que, quando parte da população rural teve acesso à educação, a mesma limitava-se à oferta aos anos iniciais do ensino fundamental e, para tais escolas, após a década de 1990, evidencia-se casos de fechamento ou intenção de fechamento, mesmo havendo demanda de estudantes, ocorrendo o deslocamento de alunos do campo para as escolas do meio urbano.

Compreender isto é perceber que há negação, no âmbito geral, da educação para os povos do campo, pois o Estado deveria exercer sua função de garantir o acesso à educação a toda a população, seja ela residente das áreas urbanas ou rurais. Não garantir a educação para os povos do campo é desconsiderar a existência de uma cultura. Assim como pressuposto

Se a escola pode vir ao seu encontro e não apenas o contrário, isto quer dizer também que ela pode passar a considerar sua realidade, sua cultura, suas necessidades de aprendizagem, fazendo delas a base do projeto pedagógico e político que desenvolve. Neste sentido, não é um dado inevitável que a escola represente a negação do mundo rural dos trabalhadores de sua cultura ou de uma coletividade em luta. Ao contrário, ela pode ajudar a enraizar as novas gerações na história e em um determinado projeto de futuro, à medida que as velhas gerações não deixem de se preocupar e de se ocupar com ela (Caldart, 2000, p. 196 apud Neto e Bezerra, 2010, p. 259).

Estudos de Mazur (2016) indicam que os pequenos produtores adotam o modelo de modernização da agricultura devido à necessidade de obter bons resultados em comparação com os grandes produtores. No contexto de produção em larga escala, os camponeses têm a sua venda guiada pelo preço estipulado pelos grandes produtores. Assim, o pequeno produtor rural passa a ser um trabalhador subordinado pela lógica de mercado, definida por políticas definidas por grandes corporações e atualmente, pelo capital financeiro. Desta forma, muitos produtores vêm-se subordinados a trabalharem como assalariados para os grandes proprietários, ou ampliando as estatísticas de êxodo rural.

Em outros países, como afirma Mazur (2016), a expropriação do campesinato já havia acontecido há mais de um século. No Brasil, um dos problemas é que, pela necessidade de acompanhar a evolução do mercado,

A substituição da agricultura de roça por uma agricultura muito desenvolvida tecnicamente ocorreu de forma muito rápida, pulou etapas intermediárias não permitindo que fosse realizado o ajuste demográfico necessário a essa transformação. Essa agricultura moderna dispensa um grande número de mão-de-obra, gerando população sobrando (Mazur, 2016, p. 50).

Este movimento vem historicamente ocasionando a diminuição da população residente nas áreas rurais e intensificando o processo de êxodo rural, o que tem impulsionado a diminuição das matrículas nas escolas do campo, e estimulando ações governamentais que resultam no fechamento de tais escolas.

Histórico e transformações na realidade agrária regional

O NRE-DV localiza-se na região Sudoeste do Estado do Paraná, atendendo sete municípiosⁱ.

A região Sudoeste do Paraná começou a tomar forma no início do século XIX com a predominância de latifundiários (criadores de gado) – proprietários rurais com grande proporção de terras não cultivadas – e, caboclos (trabalhadores braçais e, frente da frente pioneira).

No entanto, a configuração desta região como parte constituinte do Estado tanto do Paraná como do Brasil, teve seu início em 1940 com a Marcha para o Oeste. Por meio deste programa governamental que a região Sudoeste passou a incorporar imigrantes sulistas que tinham como orientação o trabalho agrícola. Muitos outros acontecimentos de cunho econômico e político marcaram a história da região Sudoeste com destaque para a Revolta de 1957ⁱⁱ (Turmena, 2009).

Inicialmente, a região se concentrou, economicamente, na extração de recursos naturais como a erva-mate, madeira e couro e, criação de animais como, por exemplo, gado e suínos. Com a chegada dos sulistas, a região passou a se caracterizar pela produção agrícola, atrelada a uma forma de produção agroindustrial (milho, soja, feijão, aves, suínos, fumo, etc.) (Turmena, 2009).

Nos anos 1940 e 1950 se desenvolvia na região uma agricultura voltada para a subsistência e comercialização do excedente, com o uso da tração animal e a força braçal. No final dos anos 50 em diante já não havia mais terra disponível na região. Os jovens que chegavam nesta época se tornaram, na maioria, agregados, parceiros e arrendatários daqueles que chegaram antes. Como a agricultura era pouco mecanizada, muita gente chegou nessa época e viveu na região até o final dos anos 1970 e constituiu uma nova classe social, a dos trabalhadores sem-terra.

A mecanização agrícola na região, a partir do final dos anos 1960, diminuiu a necessidade de força de trabalho no campo, que migraram para as grandes cidades, como Curitiba, São Paulo, Joinville, Porto Alegre. A primeira classe social impactada pela modernização agrícola foi a dos não proprietários, os camponeses sem terra. Segundo Nunes (2020), após o início da mecanização agrícola a população total do sudoeste do Paraná teve um declínio, que só foi recuperada, nos anos 2000, quando as grandes cidades deixaram de

atrair e a região começou a se industrializar, mas também em função de novas atividades agrícolas intensivas em trabalho, como o leite. “Ou seja, durante um longo tempo a perspectiva dos jovens foi migrar em busca de trabalho ou de novas terras, inicialmente os não proprietários de terra e, em seguida, os filhos dos pequenos proprietários” (Nunes, 2020, s/p).

Atualmente, com a instalação de agroindústrias processadoras de alimentos e a alta do preço das *commodities* agrícolas, além das políticas voltadas aos pequenos produtores agrícolas, detentores de pequenas áreas de terra, a produção agrícola da região é cada vez mais orientada aos mercados já estruturados. Segundo dados do IBGE (2021), verifica-se que, juntamente com a soja, que teve grande aumento de área e produção a partir dos anos 1990; também tiveram elevação na produção a indústria de carnes, principalmente de frango, e a produção de leite, que tornou a região a maior bacia produtora.

Estrutura fundiária e estabelecimentos agropecuários na região entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Esse processo de desenvolvimento do capitalismo no campo tem provocado, no Brasil e na região, uma tendência de redução no número dos estabelecimentos agropecuários, apesar das políticas de assentamentos rurais existentes nas últimas décadas - embora a pequena produção possa se recriar em novos contextos, articuladas e subordinadas de outras formas com o grande capital.

Embora o conceito de estabelecimento agropecuário não seja sinônimo e nem exatamente equivalente ao de estrutura fundiária, já que um mesmo estabelecimento pode se constituir por mais de um imóvel, inclusive arrendado, ou um mesmo proprietário pode ser detentor de vários estabelecimentos agropecuários, desde que estejam localizados em municípios diferentes ou possuam administração própria, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, na região sudoeste do Paraná, formada predominantemente por pequenos estabelecimentos agropecuários, serve como referência para analisar as transformações na estrutura fundiária. Cabe destacar que o conceito de imóvel rural também possui inconsistências para a análise da estrutura fundiária, pois uma mesma pessoa ou empresa podem ser detentores de diversos imóveis ou um imóvel pode conter mais do que um estabelecimento agropecuário, além do fato de a fonte de dados ser o Imposto Territorial Rural, que é auto declaratório.

A tabela 1, abaixo, permite identificar que, mesmo que a região sudoeste do Paraná e os municípios do NRE se caracterizem por pequenos estabelecimentos agropecuários, houve tendência de redução no número destes estabelecimentos entre os dois últimos Censos Agropecuários.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários em 2006 e 2017.

	2006	2017	Var. %
Brasil	5.175.636	5.073.324	-2,02
Paraná	371.063	305.154	-21,6
Sudoeste Paranaense	44.479	36.493	-21,88
Boa Esperança do Iguaçu	592	431	-37,35
Cruzeiro do Iguaçu	487	448	-8,71
Dois Vizinhos	1.934	1.880	-2,87
Nova Esperança do Sudoeste	1.057	940	-12,45
Nova Prata do Iguaçu	1.335	980	-36,22
Salto do Lontra	1.761	1.417	-24,28
São Jorge d'Oeste	1.142	1.024	-11,52

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do IBGE – Censos Agropecuários (2021).

As tabelas 02 e 03 apresentam o número de estabelecimentos agropecuários, conforme os grupos de áreas no Brasil, Paraná, Sudoeste do Paraná e municípios pertencentes ao NRE-DV.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários em 2006, conforme os grupos de área.

	Brasil	PR	Sud.P*	BES*	CI*	DV*	NES *	NPI*	SL*	SJ*
Total	5.175.636	371.063	44.479	592	487	1.934	1.057	1.335	1.761	1.142
0 a 0,1 ha	101.291	3.776	551	1	5	10	5	6	14	5
0,1 a 0,2 ha	50.206	2.814	262	1	4	7	1	5	11	-
0,2 a 0,5 ha	165.435	5.899	374	2	7	20	8	6	27	4
0,5 a 1 ha	289.905	15.328	1.086	19	14	110	15	41	67	35
1 a 2 ha	442.163	14.725	1.436	16	12	89	26	54	77	56
2 a 3 ha	319.671	21.022	1.992	29	41	98	38	55	77	52
3 a 4 ha	256.148	16.174	2.041	24	22	122	39	68	106	72
4 a 5 ha	215.988	23.913	3.064	41	33	186	85	83	135	80
5 a 10 ha	636.344	61.871	9.293	108	70	430	226	275	406	224
10 a 20 ha										

	736.798	81.907	11.952	160	111	464	284	336	475	270
20 a 50 ha	843.920	66.194	8.042	140	86	292	216	270	256	202
50 a 100 ha	390.882	22.304	2.119	35	38	64	48	69	58	54
100 a 200 ha	219.432	12.363	765	7	8	25	9	22	27	25
200 a 500 ha	150.698	10.315	391	4	15	9	5	10	6	18
500 a 1.000 ha	54.158	2.417	72	1	2	3	1	1	1	2
1.000 a 2.500 ha	32.242	955	16	-	-	-	-	-	-	2
2.500 a 10.000 ha	15.336	254	5	-	-	-	-	-	1	1
Produtor sem área	255.019	8.832	1.018	4	19	5	51	34	17	40

Fonte: Censo Agropecuário (2006). Elaboração: autores.

* Abreviações (segundo sequência da esquerda para a direita): Sudoeste Paranaense, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge D'Oeste.

Tanto em 2006 como em 2017, com algumas variações, a região sudoeste do Paraná e particularmente os municípios que compõem o NRE-DV, se constitui majoritariamente por pequenos estabelecimentos agropecuários, mas também por estabelecimentos médios, para os padrões nacionais.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários em 2017, conforme os grupos de área.

	Brasil	PR	Sud.P*	BES*	CI*	DV*	NES*	NPI*	SL*	SJ*
Total	5.073.324	305.154	36.493	431	448	1.880	940	980	1.417	1.024
0 a 0,1 ha	74.379	2.637	284	5	11	23	15	12	12	7
0,1 a 0,2 ha	54.438	2.293	346	9	12	16	14	13	16	9
0,2 a 0,5 ha	174.299	5.420	553	5	11	50	33	16	41	18
0,5 a 1 ha	303.316	14.588	1.119	12	31	114	35	33	73	60
1 a 2 ha	468.288	13.176	1.292	7	30	109	40	39	62	16
2 a 3 ha	336.993	17.801	1.592	13	36	99	49	29	73	53
3 a 4 ha	260.945	15.192	1.849	11	28	146	46	47	82	60
4 a 5 ha	220.309	18.983	2.408	23	24	152	73	55	121	69
5 a 10 ha	650.714	50.237	7.277	74	67	414	180	176	294	201
10 a 20 ha	730.662	64.194	8.894	116	77	371	231	208	310	236

20 a 50 ha	855.865	54.674	6.910	97	66	254	167	229	233	184
50 a 100 ha	394.157	20.107	2.291	36	23	76	31	65	60	63
100 a 200 ha	218.758	11.660	975	13	16	30	8	39	25	27
200 a 500 ha	147.083	8.888	509	7	9	18	5	12	14	14
500 a 1.000 ha	54.878	2.794	116	3	7	4	3	4	-	5
1.000 a 2.500 ha	34.338	1.242	28	-	-	-	1	-	1	2
2.500 a 10.000 ha	14.415	300	1	-	-	-	-	-	-	-
10.000 ha e mais	2.450	35	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	77.037	933	49	-	-	4	9	3	-	-

Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração: autores.

* Abreviações (segundo sequência da esquerda para a direita): Sudoeste Paranaense, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge D'Oeste.

Embora, para que a agricultura seja possível atualmente, também, é necessário investimentos em capital, por meio da aquisição de trabalho morto (máquinas, equipamentos, insumos, barracões, tecnologias), a propriedade da terra continua sendo muito importante, já que é utilizada, na maioria das vezes, como garantia ao crédito, motivo pelo qual há uma tendência de eliminação dos menos viáveis ao processo de acumulação. Evidentemente, esta tendência deve ser analisada em relação com sua totalidade, ou seja, com as tendências econômicas mais gerais, que podem recriar temporariamente novas relações sociais de produção.

A tabela a seguir permite identificar que, apesar da queda no número de estabelecimentos agropecuários ter se reduzido entre 2005/06 e 2017, em todos os níveis territoriais analisados, 2% no Brasil, 18% no Paraná e no sudoeste do Paraná e 14% nos municípios que compõem o NRE-DV, houve diferenças significativas conforme os estratos de área. Na região deste NRE, verifica-se que os estabelecimentos agropecuários com áreas bastante pequenas, menores que 1ha, tiveram grande elevação em seu número, variando entre 19% e 237% em apenas onze anos, o que revela que os pequenos estabelecimentos se constituem principalmente de locais de moradia que produzem para o consumo próprio e comercializam algum excedente. Por outro lado, os estabelecimentos agropecuários pequenos, entre 1ha e 50ha tiveram reduções significativas, em todos os estratos, variando entre 7% e 26% (no Brasil inclusive nos estratos superiores). Esse decréscimo é de apenas 3% entre os

estabelecimentos com mais de 50 até 100 hectares e aumenta o número daqueles com áreas superiores a 100ha, exceto aqueles com mais de 2.500ha, que são poucos e que possivelmente foram fracionados ou foram desapropriados para a reforma agrária.

Tabela 4 – Variação no número de estabelecimentos agropecuários entre os censos agropecuários de 2005/06 e 2017.

	Brasil	PR	Sud. P	Municípios NRE-DV
Total	-2%	-18%	-18%	-14%
0 a 0,1 ha	-27%	-30%	-48%	85%
0,1 a 0,2 ha	8%	-19%	32%	207%
0,2 a 0,5 ha	5%	-8%	48%	135%
0,5 a 1 ha	5%	-5%	3%	19%
1 a 2 ha	6%	-11%	-10%	-8%
2 a 3 ha	5%	-15%	-20%	-10%
3 a 4 ha	2%	-6%	-9%	-7%
4 a 5 ha	2%	-21%	-21%	-20%
5 a 10 ha	2%	-19%	-22%	-19%
10 a 20 ha	-1%	-22%	-26%	-26%
20 a 50 ha	1%	-17%	-14%	-16%
50 a 100 ha	1%	-10%	8%	-3%
100 a 200 ha	0%	-6%	27%	28%
200 a 500 ha	-2%	-14%	30%	18%
500 a 1.000 ha	1%	16%	61%	136%
1.000 a 2.500 ha	7%	30%	75%	100%
2.500 ou mais	10%	32%	-80%	-100%
Produtor sem área				

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (2006 e 2017). Elaboração: autores.

Os dados acima ajudam a explicar a redução do número de pessoas vivendo no campo e desenvolvendo atividades agrícolas, pois houve também redução no número de estabelecimentos agropecuários. A exceção está entre os médios e grandes, que se elevou, mas que, exceto onde a atividade demanda o trabalho assalariado, como na produção animal confinada, onde pode haver aumento do número de pessoas vivendo no campo (o que justifica inclusive a formação de estabelecimentos agropecuários diminutos no seu entorno, que podem ser locais de moradia destes trabalhadores), nos demais houve redução do número de estabelecimentos. Embora a região sudoeste do Paraná seja formada por solos férteis e localizados próximos das agroindústrias consumidoras de grãos, o que possibilita uma elevada renda diferencial aos proprietários de terra, o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários produtores de grãos, atividade altamente mecanizada e que demanda pouco

trabalho, eleva-se constantemente, afetando diretamente na população que vive dela e no número de estudantes que demandam escola no campo.

População rural

Para mensurar o contexto das escolas do campo pertencentes ao NRE-DV é importante, observar os números populacionais residentes no campo e na cidade (tabela 05), pois entende-se que esses dados, como síntese de múltiplas determinações e, conseqüentes de uma totalidade histórica e social, são fundamentais para o entendimento deste movimento histórico.

Tabela 05 - População Urbana e Rural do Brasil, Paraná, Sudoeste do Paraná e Municípios pertencentes ao NRE-DV.

	Ano	Urbana	Rural	Total
Brasil	1970	52.097.260	41.037.586	93.134.846
	1980	80.437.327	38.573.725	119.011.052
	1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475
	2000	137.925.238	31.947.618	169.872.856
	2010	160.934.649	29.821.150	190.755.799
Paraná	1970	2.504.253	4.425.568	6.929.821
	1980	4.472.506	3.157.343	7.629.849
	1991	6.197.953	2.250.760	8.448.713
	2000	7.782.560	1.782.083	9.564.643
	2010	8.913.240	1.531.286	10.444.526
Sudoeste Paranaense*	1970	-	-	-
	1980	-	-	-
	1991	225.666	252.460	478.126
	2000	283.004	189.622	472.626
	2010	346.000	151.127	497.127
Boa Esperança do Iguaçu**	1970	-	-	-
	1980	-	-	-
	1991	-	-	-
	2000	576	2.531	3.107
	2010	953	1.811	2.764
Cruzeiro do Iguaçu**	1970	-	-	-
	1980	-	-	-
	1991	-	-	-
	2000	2.214	2.180	4.394
	2010	2.623	1.655	4.278
Dois Vizinhos	1970	4.109	33.044	37.153
	1980	12.250	30.218	42.468
	1991	22.202	18.065	40.267
	2000	22.382	9.604	31.986
	2010	28.095	8.084	36.179

Nova Esperança do Sudoeste**	1970	-	-	-
	1980	-	-	-
	1991	-	-	-
	2000	1.224	4.034	5.258
	2010	1.846	3.252	5.098
Nova Prata do Iguaçú**	1970	-	-	-
	1980	-	-	-
	1991	4.171	7.444	11.615
	2000	5.311	5.086	10.397
	2010	6.067	4.310	10.377
Salto do Lontra	1970	2.246	29.202	31.448
	1980	7.090	27.161	34.251
	1991	4.624	9.673	14.297
	2000	5.602	7.155	12.757
	2010	7.431	6.258	13.689
São Jorge D'Oeste	1970	2.565	9.471	12.036
	1980	3.943	9.774	13.717
	1991	3.847	6.474	10.321
	2000	4.511	4.796	9.307
	2010	5.214	3.871	9.085

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do IBGE (2021).

* Não constam alguns dados, na fonte consultada.

**Os dados destes municípios não foram encontrados. Motivo: Boa Esperança do Iguaçú e Cruzeiro do Iguaçú foram desmembrados de Dois Vizinhos em 01/01/1993. Nova Esperança do Sudoeste, na mesma data, foi desmembrada de Enéas Marques e Salto do Lontra. Nova Prata do Iguaçú foi desmembrada de Salto do Lontra em 01/02/1983. O desmembramento ocasionou na oscilação do número populacional dos municípios de Dois Vizinhos e Salto do Lontra.

Nos aspectos gerais, os dados indicam uma redução da população residente na área rural e um gradativo aumento da população residente na área urbana. Este movimento se vincula ao processo de êxodo rural, que está relacionado ao desenvolvimento da divisão do trabalho, num período histórico de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, o que tem levado a uma extensiva urbanização do campo e progressiva industrialização/modernização da agricultura. Considera-se, e de forma mais incisiva nas últimas décadas, a financeirização da economia, ocasionando, neste caso, também na concentração de terras por grandes grupos empresariais.

Na tabela 06 apresenta-se, de acordo com os dados tabulados acima, o percentual da população na área urbana e rural. Torna-se, assim, mais evidente a diminuição da população que reside no campo nos últimos quarenta anos.

Tabela 06 - Percentual da população Urbana e Rural do Brasil, Paraná, Sudoeste do Paraná e Municípios pertencentes ao NRE-DV.

	Ano	Urbana	Rural
Brasil	1970	55,94%	44,04%
	1980	67,59%	32,41%
	1991	75,59%	24,41%
	2000	81,19%	18,81%
	2010	84,37%	15,63%
Paraná	1970	36,14%	63,86%
	1980	58,62%	41,38%
	1991	73,36%	26,64%
	2000	81,37%	18,63%
	2010	85,34%	14,66%
Sudoeste Paranaense*	1970	-	-
	1980	-	-
	1991	47,2%	52,8%
	2000	59,88%	40,12%
	2010	69,6%	30,4%
Boa Esperança do Iguaçu	1970	-	-
	1980	-	-
	1991	-	-
	2000	18,54%	81,46%
	2010	34,48%	65,52%
Cruzeiro do Iguaçu	1970	-	-
	1980	-	-
	1991	-	-
	2000	50,39%	49,61%
	2010	61,31%	38,69%
Dois Vizinhos	1970	11,06%	88,94%
	1980	28,85%	71,15%
	1991	55,14%	44,86%
	2000	69,97%	30,03%
	2010	77,66%	22,34%
Nova Esperança do Sudoeste*	1970	-	-
	1980	-	-
	1991	-	-
	2000	23,28%	76,72%
	2010	36,2%	63,8%
Nova Prata do Iguaçu*	1970	-	-
	1980	-	-
	1991	35,91%	64,09%
	2000	51,08%	48,92%
	2010	58,47%	41,53%
Salto do Lontra	1970	7,14%	92,86%
	1980	20,7%	79,3%
	1991	32,34%	67,66%
	2000	43,91%	56,09%
	2010	54,28%	45,72%

São Jorge D'Oeste	1970	21,31%	78,69%
	1980	28,75%	71,25%
	1991	37,27%	62,73%
	2000	48,47%	51,53%
	2010	57,39%	42,61%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do IBGE (2021).

* Não constam alguns dados, na fonte consultada.

O decréscimo da população residente na área rural nos municípios pertencentes ao NRE-DV, tem acompanhado historicamente a diminuição da população residente no campo no país, no Estado do Paraná, bem como, na região Sudoeste.

Considerando a extensão territorial e as especificidades demográficas de cada Estado/região do país, o sudoeste do Paraná se caracteriza por ser, ainda, uma região de base agrícola, estruturada em pequenas propriedades, embora este cenário tenha-se modificado nos últimos anos, devido ao processo de concentração de terras. A industrialização nesta região, por sua vez, vem acontecendo, mas de forma lenta e gradual. Isso ajuda-nos a explicar o número/percentual expressivo de residentes na área rural, no Sudoeste e municípios pertencentes ao NRE-DV, se comparado aos dados do Brasil e Estado do Paraná, de forma geral.

Este movimento, por sua vez, tem impactado também na diminuição do número de pessoas residentes na área rural que frequentam a escola, bem como também, por extensão, o número de matrículas das escolas do campo.

Evolução do número de matrículas

A tabela 07 apresenta, de forma geral, o número de pessoas que frequentam a educação em todos os níveis, etapas e modalidades, provenientes das áreas urbana e rural. Salienta-se que os dados coletados, foram os que constam na fonte pesquisada, não podendo ser tabulados os dados dos anos 1970, 1980 e 1991.

Tabela 07 - Pessoas que frequentam a escola, em todos os níveis e modalidades de ensino. Brasil, Estado do Paraná, Sudoeste do Paraná e Municípios (NRE-DV), provenientes das áreas Urbana e Rural.

	Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
Brasil	2000	43.894.406	82,19	9.511.915	17,81	53.406.320
	2010	50.144.599	84,18	9.420.589	15,82	59.565.188
Paraná	2000	2.363.833	83,5	467.024	16,5	2.830.858
	2010	2.696.808	86,83	409.150	13,17	3.105.958
Sudoeste Paranaense	2000	92.228	63,3	53.469	36,7	145.697

	2010	108.091	73,22	39.532	26,78	147.623
Boa Esperança do Iguaçu	2000	204	24,0	646	76,0	851
	2010	335	39,67	510	60,33	845
Cruzeiro do Iguaçu	2000	585	47,26	653	52,74	1.238
	2010	888	63,48	511	36,52	1.399
Dois Vizinhos	2000	7.377	72,89	2.744	27,11	10.121
	2010	8.125	75,87	2.584	24,13	10.709
Nova Esp. do Sudoeste	2000	297	21,1	1.110	78,9	1.407
	2010	611	41,55	860	58,45	1.471
Nova Prata do Iguaçu	2000	1.634	53,03	1.448	46,97	3.082
	2010	1.945	63,43	1.121	36,57	3.066
Salto do Lontra	2000	1.569	39,78	2.375	60,22	3.944
	2010	2.108	57,76	1.542	42,24	3.650
São Jorge D'Oeste	2000	1.590	53,15	1.401	46,85	2.991
	2010	1.445	63,77	821	36,23	2.265

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do IBGE (2021).

De acordo com os dados tabulados, percebe-se a diminuição do número de pessoas que frequentam a educação em todos os níveis, etapas e modalidades, provenientes da área rural e, por outro lado, um aumento das matrículas dos que residem na área urbana. Dos municípios do NRE-DV, dois apresentam especificidades distintas dos demais dados apresentados. Nova Esperança do Sudoeste em que a população que frequenta a escola é maioria proveniente da área rural, embora, no comparativo, tenha diminuído e, Salto do Lontra, que ocorre uma inversão nos dados, em relação a sequência lógica dos dados, apresentados na tabela.

No contexto do NRE-DV, do ano de 2011 ao ano de 2018, o número de escolas estaduais, por município, das áreas urbana e rural, que contemplem o ensino fundamental II e o ensino médio, exceto no município de Cruzeiro do Iguaçu (a escola da área rural foi fechada em 2012), não sofreram alterações: Boa Esperança do Iguaçu (urbana: 01 escola); Cruzeiro do Iguaçu (urbana: 02); Dois Vizinhos (urbana: 07, rural: 03); Nova Esperança do Sudoeste (urbana: 01, rural: 02); Nova Prata do Iguaçu (urbana: 02, rural: 01); Salto do Lontra (urbana: 03, rural: 06) e, São Jorge D'Oeste (urbana: 02, rural: 03).

O recorte temporal, restrito aos anos de 2011 e 2018, se justifica, pois, estes dados constam na base digitalizada da Secretaria de Estado da Educação – SEED (2021). Dados anteriores ao ano de 2011 só seria possível acessar por meio de pesquisa *in loco*, o que não foi possível, devido às restrições impostas em decorrência da proliferação do COVID-19. A rigor, se os dados das décadas anteriores fossem computados, observando os períodos históricos que constam nas tabelas referentes à população das áreas urbanas e rurais,

provavelmente observaríamos alterações significativas no número de escolas e de matrículas nas áreas urbana e rural.

Em relação ao número de Escolas da área rural, quinze estão localizadas em cinco municípios, visto que, o município de Boa Esperança historicamente não teve Escola do Campo e a Escola do Cruzeiro do Iguaçu foi fechada em 2012, o que está documentado na pesquisa desenvolvida por Schmitz (2015). A autora destaca a narrativa dos órgãos oficiais sobre a inviabilidade de manutenção da escola, dado que o número de alunos era escasso e, por meio de entrevistas, a afirmativa de que os recursos destinados à escola não eram suficientes para atender às necessidades básicas (Schmitz, 2015).

De acordo com os dados, alguns municípios, dado suas características e especificidades, contemplam um quantitativo maior de escolas inseridas na área rural em relação à área urbana, o que não significa que o número de matrículas também seja maior.

A tabela 08 apresenta o número de matrículas nas escolas estaduais, das áreas urbana e rural, que contemplem o ensino fundamental II e o ensino médio, do NRE-DV. Ocorreu, segundo os dados, um decréscimo nas matrículas da área urbana e, um aumento nas matrículas da área rural, embora não expressivos numericamente. A diminuição das matrículas na área urbana, pode estar vinculada, à necessidade de trabalhar. Em um contexto de recessão econômica, os jovens são impulsionados ao mercado de trabalho, em grande medida, na informalidade e trabalho autônomo, guiados pela ideologia do empreendedorismo.

Tabela 08 - Número de matrículas, das áreas urbana e rural do NRE-DV.

	Ano	Matrículas – urbana	Matrículas – rural
Boa Esperança do Iguaçu	2011	373	-
	2018	332	-
Cruzeiro do Iguaçu	2011	551	27
	2018	550	-
Dois Vizinhos	2011	5.053	509
	2018	4.450	470
Nova Esp. do Sudoeste	2011	623	107
	2018	526	147
Nova Prata do Iguaçu	2011	1.334	65
	2018	1.140	100
Salto do Lontra	2011	1.538	235
	2018	1.297	240
São Jorge D'Oeste	2011	999	135
	2018	978	136
TOTAL	2011	10.471	1.078
	2018	9.273	1.093

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da SEED (2021).

Em relação ao número de matrículas em cada Escola do Campo inseridas no NRE-DV, tabela 09 abaixo, pode-se observar, o aumento em algumas escolas e diminuição em outras, de forma não expressiva, pois o recorte histórico é limitado, se considerarmos os dados populacionais expressos na tabela 5.

Tabela 09 - Número de matrículas por Escola do Campo do NRE-DV.

	Escola – nomenclatura	Matrícula/2011	Matrícula/2018
Cruzeiro do Iguaçu	Canoas	27	-
Dois Vizinhos	Germano Stédile	239	288
	Linha Conrado	60	45
	São Franc. do Bandeira	210	137
Nova Esp. do Sudoeste	Barra Bonita	41	68
	Rio Gavião	66	79
Nova Prata do Iguaçu	Cecília Meireles	65	100
Salto do Lontra	Barra do Lontra	38	69
	José Luiz Pedroso	23	21
	Linha Boeira	46	27
	Nosso Sr. do Bonfim	29	16
	Pinhal da Várzea	56	58
	Sede da Luz	43	49
São Jorge D'Oeste	Iolópolis	28	29
	Nova Sant' Ana	43	32
	Pio X	64	75

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da SEED (2021).

Por meio de entrevista, a professora responsável pela pasta da Educação do Campo do NRE-DV, observa que,

Algumas escolas têm uma média de 40 estudantes, outras 20 e algumas na casa de 14 estudantes. E nós, da educação do campo, precisamos ver maneiras de tentar reverter essa situação, talvez conquistar algumas crianças do município para estudarem no campo, talvez melhorar o transporte e fazer um trabalho para fortalecer a relação da escola com a comunidade, para que a comunidade defenda a escola. Temos casos em que a comunidade encaminha seus filhos para estudar no município sem se preocupar com a fragilização da escola (Barrozo, 2019)ⁱⁱⁱ.

Barrozo (2019) comenta ainda sobre a situação e possível fechamento de algumas Escolas do Campo do município de Salto do Lontra, visto que as escolas possuem apenas duas turmas e que no período de dois anos os alunos poderão ser transferidos para as escolas da área urbana. Segundo a professora, com base nas prerrogativas oficiais da SEED, “para manter essas escolas é necessário uma média de quatorze professores, um diretor, um

pedagogo, agentes educacionais I e agentes educacionais II, totalizando uma média de 20 a 22 entre educadores e agentes educacionais” (Barrozo, 2019). Ainda segundo Barrozo (2019) “o orçamento encaminhado não chega a 10 mil reais por ano, para aquelas escolas com média de 40 estudantes”. Obviamente que para manter a instituição escolar necessita-se de alunos, pois os recursos destinados às escolas estão vinculados, em grande medida, ao número de alunos.

Nesse aspecto e percurso metodológico, torna-se necessário futuras pesquisas, que ajudarão a explicar a atuação do Estado em relação aos investimentos em educação de forma geral e, especificamente, para as escolas das áreas rurais.

Considerações finais

A situação das escolas do campo está vinculada à questão agrária, isto é, ao conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo e seus impactos na estrutura fundiária, na população residente no campo (que tende a reduzir com o aumento da divisão do trabalho) e, conseqüentemente, no número de matrículas. Estes fatores interferem também diretamente no conceito de realidade, que deve ser tomado como um processo histórico, não estático, e conseqüentemente de realidade destes sujeitos históricos definidos na política de educação do campo, os estudantes do campo.

Nos últimos anos, no campo científico e político, passou-se a afirmar o conceito de agronegócio no lugar de latifúndio (Freitas, 2020). Para o autor, a ideia central desta substituição é de que o agronegócio é o latifúndio (improdutivo) se aliou ao capital financeiro e agora se tornou produtivo. É verdade que o campo passou por mudanças profundas na base tecnológica e que a produção agrícola deve ser compreendida na sua relação com a indústria, a circulação de mercadorias e o sistema financeiro. No entanto, para o autor, afirmar que o agronegócio é isso tudo significa deslocar a importância de um problema premente no campo, a propriedade fundiária concentrada. Para Freitas (2020), ainda, o foco na educação do campo e na agroecologia contribuem para relativizar a importância da questão agrária no Brasil, particularmente a presença do latifúndio e a importância e a necessidade da reforma agrária.

Para Silva (1993), diferentemente dos Estados Unidos, Japão e Europa, o Brasil não passou pela reforma agrária enquanto mecanismo de criação de um mercado para a indústria e a efetivação da revolução burguesa, apenas uma política de pequeno alcance foi desenvolvida, como resposta à pressão dos movimentos sociais. É por este motivo que o autor afirma que a reforma agrária ficou restrita a uma política de resolução de conflitos sociais no campo, ou

seja, a possibilidade de constituição de assentamentos onde houver pressão social, não um grande projeto de redistribuição da terra, de zoneamento ecológico e econômico, de obras de infraestrutura, de políticas agrícolas adequadas etc. Desta forma, sem uma revolução burguesa completa, em torno do latifúndio se estruturam as relações e uma rede de poder que se desenvolve na política, no judiciário e destes com o imperialismo, através da venda de produtos da terra para as nações imperialistas (Freitas, 2020).

Desta maneira é oportuno pensar em mudanças a partir das possibilidades e superar os desafios atuais, tal como considerar a escola como um dos principais espaços de socialização do conhecimento científico, para também os jovens do campo.

Procurou-se, portanto, indicar as contradições e críticas presentes nesta concepção de educação, precedida de uma concepção de realidade e mudança social. Assim, a pesquisa revelou a diminuição no número de matrículas nas Escolas do Campo nos últimos anos, movimento que tem ocorrido devido à diminuição da população residente na área rural, a concentração de terras, bem como, às mudanças ocorridas na agricultura. Segundo Souza et al (2016), a subsistência da população do campo está atrelada ao avanço das grandes empresas no espaço agrário, devido a dificuldade de concorrência na venda de mercadorias e em relação à compra de insumos para a produção agrícola, o que resulta, na maioria dos casos na saída da população do campo para a cidade, em busca de melhores condições de subsistência.

Portanto, explicar a especificidade e singularidade da diminuição da população residente na área rural, bem como a diminuição das matrículas nas escolas do campo, se torna algo complexo considerando os limites desta pesquisa. Todavia, alguns fatores (aspectos particulares e singulares) ajudam na explicação da totalidade e no entendimento do concreto, ou seja, no entendimento da síntese de múltiplas determinações.

A Educação do Campo surge em um momento em que se aprofundam as contradições, pois “o trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza, e sua produção cresce em força e extensão, pois a desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas” (Colares & Bezerra Neto, 2002). Para o materialismo histórico dialético compreender este fenômeno só é possível pela contradição, tal como afirmar que no campo se produz muita riqueza, mas também muita miséria (Vendramini, 2009).

Partindo do NRE-DV, o trabalho se limitou a analisar algumas variáveis para compreender as transformações na realidade agrária e das escolas do campo, como a estrutura

fundiária, a população residente no meio rural e o número de matrículas. Por isso, como forma de aprofundar o conhecimento sobre as transformações na realidade agropecuária, enfatiza-se a necessidade de novas análises (demanda de novas pesquisas) em relação ao processo de concentração/acumulação de terras, o avanço do capital financeiro no campo, bem como, a diminuição do investimento público, o que tem levado ao sucateamento das Escolas do Campo.

Referências

Barrozo, S. (2019). Entrevista I. Entrevistador: Marcos Vinicius Pereira Ribeiro e Renata Cassia de Oliveira Veloso. Dois Vizinhos, PR.

Caldart, R. (2009). Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>

Cherobin, F. F. (2015). *A educação do campo e sua normatização como política pública: uma demanda dos trabalhadores ressignificada pelo Estado* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

Colares, A. A., & Bezerra Neto, L. (2002). Contribuição ao debate acerca da utilização do materialismo histórico e dialético como referencial teórico na pesquisa histórico-educacional. *HISTEDBR On-line*, 6(1). s./p.

Instituto Brasileiro de Geografia. (2010). Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Recuperado de: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>

Instituto Brasileiro de Geografia. (2021). Censos Agropecuários. Recuperado de: <https://sidra.ibge.gov.br>

Freitas, L. C. (2020). As duas interpretações sobre a questão agrária brasileira. In Rippel, L., & Nunes, S. (Org.). *Imperialismo e Questão Agrária: luta de classes no campo brasileiro* (pp. 13-32). Florianópolis: Ed. Hábitus.

Mazur, I. P. (2016). *O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná.

Molina, M. C., & Freitas, H.C.A. (2011). Avanços e desafios na construção da educação do campo. *Em Aberto*, 24(95), 17-31.

Neto, L. B., & Bezerra, M. C. S. (2010). A importância do materialismo histórico na formação do educador do campo. *HISTEDBR On-line*, Número especial, 251-272.

Nunes, S. P. (2020, 09 de agosto). Pesquisador da UTFPR-DV aponta novo perfil dos jovens no campo. *Jornal de Beltrão*.

Oliveira, M. A. (2008). *As bases epistemológicas e filosóficas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Paraná.

Paraná (2006). *Diretrizes curriculares da Educação do campo*. Curitiba: SEED, 2006.

Paraná (2010). *Resolução 4783 - 28 de Outubro de 2010*. Recuperado: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=69377&indice=1&totalRegistros=1&dt=27.8.2021.15.22.41.589>. Acesso em: 24 fev. 2023.

Schmitz, M. T. (2015). *Análise Histórica do Fechamento das Escolas Localizadas no Campo nos Municípios que compõem o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos: O Caso das Escolas da Comunidade Canoas – Município de Cruzeiro do Iguaçu – 1980 – 2014* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná.

Secretaria de Estado da Educação. (2021). *Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos, Paraná, NRE-DV*. Recuperado de: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>. Acesso em: 05 mai. 2021.

Silva, J. G. (1993). A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, 7(3), 2-10.

Souza, F. E., Bibiano, G. J., Abe, T. A. J., Rocha, D. L., & Santos. (2016). Panorama do fechamento de escolas do campo do Estado de Goiás de 2007 a 2015. *Boletim DATALUTA*. 103, s/p.

Souza, M. A., Fontana, M. I., & Marcoccia, P. C. P. (2012). Escolas Públicas localizadas no campo no estado do Paraná: diretrizes curriculares e práticas escolares. *Olhar de Professor*, 15(1), 91-108. <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.15i1.0007>

Turmena, L. (2009). *O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital: a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

Vendramini, C. R. (2009). A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético. In Coutinho, A. F. (Org.). *Diálogos sobre a questão da Reforma Agrária e as políticas de Educação do campo* (pp. 17-32). São Luís, MA: Edufma.

ⁱ Os sete municípios que compõem o NRE-DV, são: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste.

ⁱⁱ A Revolta dos Posseiros, também conhecida como Revolta dos Colonos, Revolta do Sudoeste ou simplesmente Revolta, ocorrida em 1957, consistiu em um levante armado dos moradores da região, majoritariamente de

camponeses, contra as companhias de colonização, que reivindicavam a propriedade de uma área de aproximadamente 497.000 hectares, equivalente a quase toda região sudoeste do Paraná. Pelo fato de os posseiros terem sido vitoriosos, caso raro no país, além de moldar a estrutura fundiária regional, assentada principalmente na pequena propriedade de terras, tornou-se o principal fato histórico-político da região, de forma que muito contribuiu e ainda contribui para mobilizar a organização social dos pequenos agricultores da região na forma de associações, sindicatos, cooperativas e movimentos sociais. (Gomes, 1987, Pegoraro, 2008).

ⁱⁱⁱ Barrozo, Solange. Entrevista I. [abr. 2019]. Entrevistador: Marcos Vinicius Pereira Ribeiro e Renata Cassia de Oliveira Veloso. Dois Vizinhos, 2019. 1 arquivo .mp3 (37 min.).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 19/04/2022
Aprovado em: 15/02/2023
Publicado em: 11/03/2023

Received on April 19th, 2022
Accepted on February 15th, 2023
Published on March, 11th, 2023

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Turmena, L., Ribeiro, M. V. P., & Nunes, S. (2023). As transformações na realidade agrária e as escolas do campo do núcleo regional de educação de Dois Vizinhos – PR. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e14290. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14290>

ABNT

TURMENA, L.; RIBEIRO, M. V. P.; NUNES, S. As transformações na realidade agrária e as escolas do campo do núcleo regional de educação de Dois Vizinhos – PR. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 8, e14290, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14290>